**Tí­tulo:** Emergência das Redes de Proteção Social à Infância e Juventude no Contemporâneo: Práticas e Paradoxos

**Autor:** Alexandre Ferreira do Nascimento

**Orientador:** Cecília Maria Bouças Coimbra

**Palavras-chave** Violação de Direitos Infanto-juvenis, Proteção e Controle

**Paí­s:** Brasil

**Ano:** 2006

**Resumo:** O presente estudo propõe-se à analisar a emergência na última década das redes locais de atendimento à criança e ao adolescente em situação de direitos violados, enquanto dispositivos que produzem novos sentidos à precária implementação da política de atendimento aos direitos da infância e juventude referenciada na doutrina da proteção integral proposta pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esse estudo se apóia na experiência da Rede Municipal de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente de Niterói, que há oito anos tem atuado na implementação de uma política municipal de enfrentamento à violação dos direitos da infância e da juventude. Porém visitou experiências de outras redes, de modo que, mesmo de forma um tanto descontínua, possibilitou pensar a realidade local. As contribuições de Foucault, Deleuze, Guattari, Wacquant e da Análise Institucional, bem como de outros autores contemporâneos, possibilitaram conceber o movimento instituinte dessas redes como produção sócio-histórica e apontar as práticas e paradoxos presentes na emergência das mesmas. Interessei-me em investigar o que essas experiências de gestão em rede têm produzido no campo social: seus processos de institucionalização e alguns de seus efeitos. Nesse sentido, algumas questões persistiram durante o estudo: o modo de organização em rede como método de gestão da vida na sociedade contemporânea do capitalismo globalizado; a jurisdicionalização do cotidiano e seus efeitos na política de proteção à infância e juventude; a implementação de políticas públicas, movimentos sociais e gestão junto ao Executivo; e o processo de assistencialização da política de direitos humanos infanto-juvenis. As redes locais de atenção tanto podem ser instrumentos de ruptura com a cultura política instituída, quanto podem servir aos mecanismos de controle do Estado neoliberal, sofisticando uma política de vigilância da população, sobretudo, comunidades pobres consideradas de “risco”.